

## Momento

O *Expresso* (6 de Novembro) pediu a um conjunto de economistas, gestores e empresários que apresentasse propostas concretas para ajudar Portugal a sair da crise. Entre as “Cinco ideias para salvar Portugal”, “Avançar com uma revisão do sistema fiscal, para o tornar mais simples, com taxas mais baixas e mais competitivo” foi uma das mais referenciadas.

As propostas apresentadas, ainda que potencialmente úteis para a resolução dos nossos problemas imediatos, se avaliadas à luz de um sistema fiscal futuro, poderão não fazer tanto sentido. Vai ser necessário conceber um sistema moderno, integrado, baseado numa filosofia económica sólida. Desenhar um *sistema fiscal para uma economia do século XXI* é difícil e moroso. Felizmente, porque outros países sentiram a mesma necessidade, esse trabalho já existe e está disponível.

No passado dia 10 de Novembro foi apresentado em Londres, um extensivo trabalho sobre a natureza de um sistema tributário óptimo. Comissionado pelo *Institute for Fiscal Studies*, este relatório foi elaborado pelos melhores especialistas da área e liderado por Sir James Mirrlees. Trata-se do vencedor do prémio Nobel da Economia em 1996 devido ao estudo da política fiscal óptima. Este relatório explicita uma série de características de um sistema fiscal coerente, guiado pela teoria económica, capaz de arrecadar dinheiro suficiente para o funcionamento do Estado e alcançar um objectivo redistributivo, minimizando o mais possível as ineficiências económicas e administrativas.

O sistema tributário deve ser neutro e progressivo. Ser neutro, no sentido em que deve tratar todo o tipo de rendimentos e actividades económicas por igual. As poucas excepções são o álcool, tabaco e poluição que devem ser particularmente desincentivadas; contrariamente, devem ser incentivadas as poupanças para a reforma, emprego, educação e investigação. O sistema deve ser progressivo, o que não significa que todos os impostos tenham de ser progressivos. Necessário é garantir que o sistema como um todo o seja. Para além disto, deve ser o mais simples e transparente possível.

A progressividade do sistema deve ser assegurada pelo imposto sobre rendimentos e não pelo imposto sobre o consumo. Desta forma recomendam a existência de uma taxa única do IVA e um imposto equivalente para os serviços financeiros e habitação.

Um dos requisitos para a neutralidade do sistema é que todos os tipos de rendimentos sejam taxados ao mesmo nível: salários, dividendos, rendimento de propriedades, rendimentos sobre capital, emprego por conta própria. O imposto deve ter apenas duas ou três taxas diferentes, complementado por um benefício único e integrado para pessoas com rendimentos mais baixos ou com mais necessidades. Deve existir uma taxa de IRC única para todas as empresas.

Finalmente, o retorno “normal” de uma poupança ou investimento (o equivalente a uma poupança sem risco como um depósito a prazo) deve estar isento de qualquer imposto. Qualquer retorno acima deste valor deve ser taxado como o resto do rendimento.

A situação de Portugal é extremamente difícil. Estamos numa encruzilhada. Podemos continuar sem rumo, procurando pequenas soluções e esperando que os outros nos imponham medidas, porventura não as mais adequadas. Alternativamente, podemos usar toda esta pressão para fazer uma verdadeira e radical mudança. Assumir esse relatório, elaborado pelos melhores especialistas mundiais, e estar na linha da frente na sua aplicação, será uma forma de reformar uma das faces negras da nossa administração, com credibilidade. O País e o Estado precisam de uma mudança com rumo. Para isso, é preciso coragem, determinação e rigor. Este é o Momento.

O Relatório Mirrlees pode ser encontrado em <http://www.ifs.org.uk/mirrleesReview>

**Pedro Maia Gomes**

*Professor na Universidade Carlos III, Madrid*